

# Anarquismo Teórico e Ideologia Anarquista

Miguel Amorós

25 de outubro de 2008

“Quando a reflexão, o sentimento ou qualquer outra forma que a consciência subjetiva possa assumir, considera o presente como vaidade, e considera-se além dele e mais sábio, encontra-se no vazio, e, como tem a realidade apenas no presente, é vaidade por toda parte”. (Hegel, Filosofia do Direito)

As derrotas são favoráveis para os funcionários do inventário com suas conclusões inevitáveis; é verdade que a coruja de Minerva voa à noite; mas não é menos verdade que, devido às suas lesões, nem sempre voa alto o suficiente para pousar no ponto de vantagem mais alto, e muitas vezes permanece ao nível do solo, lutando entre as ervas daninhas. As condições das derrotas, a profunda desmoralização da derrota, as esperanças impossíveis fomentadas por um exasperado instinto de sobrevivência, contaminam a reflexão e evitar o distanciamento necessário dos acontecimentos que permitiriam julgamentos que alcançam conclusões objetivas e sugerem uma conduta histórica diferente. Algo assim ocorreu no anarquismo espanhol depois de 1939. Durante a década de 1940, no exílio ou na prisão, seus partidários se viram diante da mesma bifurcação no caminho que a social-democracia havia enfrentado meio século antes: reforma ou revolução. Alguns – e não o menos numeroso – afirmam que o anarquismo sempre foi negativo, e o momento então chegou para ele se envolver em criação positiva a curto prazo, por mais limitada que possa ter sido, e que isso de alguma forma significou uma mudança radical de curso. A atividade já não tinha que ser direcionada para um ataque frontal contra a classe dominante, mas, em vez disso, para a colaboração política e econômica com suas instituições, como foi o caso durante a guerra civil revolucionária e ainda era o caso por seis anos depois no exílio. O objetivo da atividade não era mais capturar território da burguesia, mas penetrar e desenvolver nosso projeto em seu território. De acordo com a alternativa reformista, o anarquismo era aceitável como uma ideia, mas não como um método, como uma “filosofia da vida”, mas não como práxis baseada na “apreensão do presente e do real”: um ideal abstrato separado da atividade cotidiana prosaica e meramente acompanhando-o como uma ilusão decorativa. Como se os ideais fossem “excelentes demais para apreciar a realidade ou mesmo impotentes demais para incorporá-la” e tivessem que se limitar “a ser compelidos a ficar sozinhos e não a ser tão eficazes” (Hegel). Mas o problema para os revisionistas não era “a ideia”, mas “realidade”. E se, nas circunstâncias difíceis dos anos pós-guerra, o anarquismo revolucionário tivesse muito poucas oportunidades de engajamento prático, desde que a preocupação primordial na Espanha fosse a sobrevivência, nem mesmo o revisionismo teria espaço suficiente para manobras, por isso só se manifestou em compromissos inúteis com as instituições inoperantes no exílio ou com o pretendente ao trono, nos programas políticos que perseguia, seja a constituição burguesa de 1931, seja a monarquia parlamentar, e vários projetos partidários, embora houvesse também aqueles que perseguiram esta política até sua conclusão lógica, e colaboraram com o regime de Franco.

No lado oposto, alegou-se que a colaboração institucional foi o resultado de circunstâncias excepcionais e foi um fracasso completo, e contribuiu para a catástrofe final; teria sido muito melhor permanecer fiel ao apoliticismo, mesmo ao preço de permanecer isolado, pois se a derrota fosse inevitável, teria sido melhor cair com honra, em defesa dos ideais de alguém, do que em defesa do Estado. Esta fração procurou impor a restauração dos “princípios, táticas e objetivos” do movimento libertário, a fim de lutar para retornar às “conquistas de 19 de julho”. A fração “purista”, que estava tão comprometida pela política republicana quanto seus oponentes, evitou entrar em detalhes sobre as reais motivações para essa reversão de 180 graus em sua conduta orgânica, nem especificou apenas como essas conquistas seriam ressuscitadas, nem especificou como esses princípios deveriam ser restaurados. Seus partidários não disseram uma palavra sobre como os sindicatos unitários deveriam funcionar nas condições clandestinas de um regime totalitário, ou sobre como implementar a ação direta, a luta contra o Estado ou a insurreição revolucionária contra o franquismo. Esta neo-ortodoxia não foi preparada nem para uma reavaliação crítica das políticas e políticas militares que perseguiu durante a guerra civil, nem estava disposto a condescender com a realidade terrível da ditadura. Para os “puristas”, a ação não parecia ser um problema, uma vez que a vida de ninguém estava em jogo e não havia realmente nada a ganhar, era apenas uma questão de se esconder atrás de seus princípios, que compreendiam um arsenal que estava totalmente abastecido com todas as justificativas possíveis. Se os princípios são contraditos pela realidade, tanto pior para a realidade. Ao seguir esse caminho, o anarquismo só se expressou em retórica, inibição e imobilismo, ou no máximo em algum tipo de aventureirismo insano. Se a ação empreendida

pelos revisionistas se tornou cada vez mais repelente, a ação evaporou-se completamente para os puristas. Em um deles, a ideia foi transformada em um cenário para a política burguesa; no outro, ela sobe para o céu de causas perdidas. Para alguns, o anarquismo era apenas outro tipo de moralidade privada com a qual se pode de alguma forma confrontar a vulgaridade da política cotidiana; para outros, constituía uma fé com a qual se consola para os males do mundo, um credo para defender-se de seus traidores das alturas de sua torre de marfim. Em ambos os casos, foi uma ideologia.

O anarquismo, portanto, deixou de ser a expressão intelectual do setor mais avançado do movimento operário na península, um produto da luta de classes e uma teoria dessa luta. Ele perdeu esse status porque seu conteúdo não era mais realidade, naquela época, a realidade da derrota, da retirada e da aniquilação do movimento dos trabalhadores. Ele não precisava mais entender a realidade em sua amarga condição de regressão, a fim de descobrir a maneira correta de agir dentro dela e, assim, transformá-la de acordo com os objetivos do anarquismo, aplicando os métodos específicos do anarquismo. O anarquismo desapareceu como uma força material para se tornar um rótulo, um catecismo e um gueto. Uma criatura que era metade igreja, metade festa. Não era mais uma ideia baseada em uma prática que se desenvolvia em vez de contradizer, uma crítica social enraizada nas condições materiais de existência do proletariado, e tornou-se algo trivial, acidental, contingente e, conseqüentemente, irreal. Uma utopia, um sonho e uma ilusão; algo que não pode servir aos interesses gerais da classe.

A principal diferença entre o anarquismo teórico – reflexão dentro do anarquismo – e a ideologia anarquista, reside na separação de ideias e práticas, fins e meios, consciência e ação. A ideologia é simultaneamente o poder separado das ideias e as ideias de poder separado. No caso espanhol, as ideias eram “princípios” ou “circunstâncias”, dependendo de como você olhava para ela, e o poder separado era a Organização, suas sessões plenárias e uma rotina burocrática complexa. Este último está enraizado na confusão da parte com o todo, do momento com o processo, de questões táticas com considerações estratégicas, como tem sido demonstrado, por exemplo, pelas ideologias municipalistas, primitivistas e insurrecionistas. O conceito de ideologia deriva do conceito de religião, a crítica de que os jovens hegelianos pronunciaram ser “o pré-requisito de todas as críticas”. A religião, como a ideologia em geral, é a consciência invertida do mundo. O mundo da ideologia é um mundo visto de cabeça para baixo, e você tem que virar a cabeça de cabeça para baixo para entendê-lo. A realidade, a verdade deste mundo, deve ser descoberta na vida material concreta, na atividade humana transformadora; no concreto e no trabalho, não fora dele. O jovem Marx chamou tudo o que não era uma força produtiva, tudo o que acontecia fora da economia e não tinha origem econômica, ideologia. A ideologia foi formada por fantasias com as quais os seres humanos, em uma sociedade insuficientemente desenvolvida, explicavam suas forças essenciais e seu potencial. Nasceu da insatisfação com uma práxis limitada, devido ao fato de que o progresso tecno-econômico ainda não havia afetado todos os aspectos da vida. De acordo com o ponto de vista marxista, a ideologia tenderá a desaparecer com o pleno desenvolvimento das forças produtivas, isto é, com o desenvolvimento da maior força produtiva, o proletariado, cujas condições de vida objetivas imporão o realismo que liquidará os fantasmas que estão entre os trabalhadores e suas vidas reais. A dissolução dos preconceitos ideológicos era para o trabalhador uma exigência de sua realidade imediata. Levando este raciocínio um passo adiante, alguns dos discípulos de Marx (Plekhanov, Rosa Luxemburgo, Maurín) caracterizaram o anarquismo como a ideologia típica de um proletariado insuficientemente desenvolvido. É muito fácil reconhecer a simplicidade de espírito que informa tal raciocínio, porque é mais correto dizer que a generalização da condição proletária anda de mãos dadas com o desenvolvimento supremo da ideologia. O mundo da mercadoria e da tecnologia automatizada é o mundo completamente virado de cabeça para baixo. A experiência do movimento operário é suficiente para provar a persistência da ideologia, o véu de falsas representações que os burocratas facilmente lançam sobre a vida proletarizada. A crítica da ideologia pode ser complementada graças à psicanálise, que a conectou com sucesso com várias formas de degradação da personalidade, como neurose de caráter, esquizofrenia e falsa consciência em geral, explicando fenômenos ideológicos como o racismo, autoritarismo ou militantismo. Em certos momentos ou em certas épocas, quando havia provas vivas do pensamento emancipatório, uma reflexão por assim dizer, para usar as palavras de Proudhon, que se origina na ação e retorna à ação, em outras palavras, quando havia revolucionários, oi marxismo e o anarquismo forneceram ao proletariado um conhecimento adequado da sociedade e o mantiveram fora da política burguesa, permitindo assim que fizesse história. Por outro lado, as criações revolucionárias

dos trabalhadores, os comitês de fábrica, os sindicatos unitários e os conselhos de trabalhadores, eram lugares onde ideias abstratas e práticas concretas convergiam, lugares onde essas teorias se tornaram realmente teorias da classe trabalhadora e os trabalhadores se tornaram teóricos. Em outros momentos e durante outras épocas, quando o anarquismo e o socialismo se tornaram ideologias que servem fins espúrios, fins adequados para uma burocracia parasitária ou comportamento evasivo ou submisso, eles foram responsáveis pelo eclipse da consciência de classe dos trabalhadores e pelos becos sem saída da prática dos trabalhadores. Assim, a crítica da ideologia, a religião secularizada, ainda é o pré-requisito de toda crítica.

No ponto alto do capitalismo fordista, a reflexão sobre a validade atual das lições de Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Reclus ou Malatesta não fazia muito sentido. Nenhum deles poderia prever quão intimamente relacionado seria o desenvolvimento das forças produtivas, a colonização da vida cotidiana e a contrarrevolução. Os teóricos anarquistas devem ser considerados como meros contribuintes para a longa linha de precursores, fundadores e continuadores do pensamento socialista revolucionário, assim como Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Pannekoek, Reich, Benjamin e Fourier, para citar apenas alguns. Um aspecto do velho anarquismo que é especialmente suscetível à crítica é sua confiança excessiva na espontaneidade insurrecional das massas proletárias e camponesas, suas oscilações entre táticas ultra-legalistas e propaganda do ato ou expropriações, sua incapacidade de forjar alianças com outros setores da classe trabalhadora, sua tentação perpétua de se envolver na política, sua falta de uma estratégia clara, seu confucionismo organizacional, etc. Qualquer tentativa de restabelecer uma doutrina anarquista, um sistema com fragmentos de ideias retirados do contexto, seria apenas uma utopia reacionária. Certos aspectos do anarquismo, no entanto, ainda preservam sua eficácia subversiva e negatividade, que ainda poderia encontrar uma aplicação, embora as condições sociais tenham mudado e as circunstâncias sejam diferentes. Tais são as críticas ao Estado e ao parlamentarismo, aos partidos e à ciência, para não esquecer seu amor à liberdade e suas contribuições à teoria educacional, à saúde pública e à sexologia. Alcançou seu ponto mais alto de realização prática durante a Revolução Espanhola, mas a derrota transformou seus postulados teóricos práticos em ideologias.

Durante a década de 1960 nenhum revolucionário sincero poderia evitar criticar a ideologia anarquista e seus representantes. A reconstrução do pensamento radical e da ação revolucionária ocorreu por meio de uma ruptura com o mundo do anarquismo. Eu me referi a isso como a crítica anarquista do anarquismo real, embora fosse melhor chamá-lo de ‘irreal’, isto é, ‘anarquismo ideológico’, já que apenas o racional é propriamente real. Esta crítica foi eminentemente negativa, em primeiro lugar, e também foi aplicada à Revolução de 1936. Nos anos sessenta, assistiu-se a uma onda de anarquismo desrespeitoso que imediatamente se chocou não apenas com a esquerda tradicional, mas também com os guardiões do templo da anarquia. Esta crítica teve que enfrentar novos problemas decorrentes das condições de vida do capitalismo tardio, problemas que não poderiam ser esclarecidos por um estudo exclusivo dos textos clássicos: lutas anti-coloniais, maoísmo, a revolta húngara, autogestão, arte na vida cotidiana, cultura de massa, armas nucleares, a poluição e destruição do ambiente natural, urbanismo concentrado, o papel da tecnologia e automação, o automóvel, a sociedade de consumo, a repressão sexual, a libertação das mulheres, a questão da violência, etc. A imensidão da tarefa da crítica fez sua estreia com tentativas de conciliar Marx e Bakunin, ou seja, utilizar a análise marxista a partir de posições antiautoritárias, uma formulação um tanto simplista, que poderia facilmente acabar em uma ideologia marxista libertária do tipo articulada por Guérin e Rubel. O que era necessário era relevância contemporânea no que diz respeito à subversão e uma nova crítica da política, e portanto, no que diz respeito a muitos outros fatores – no campo da sociologia, filosofia, historiografia, arte, etc. – mas, acima de tudo, havia a necessidade de aprender a viver intensamente. Primeiro, houve uma tentativa de reafirmar a luta de classes, denunciando a função policial dos sindicatos e partidos que se mobilizaram contra as novas formas de ação (absenteísmo, greves selvagens, sabotagem, roubo) e organização (comitês, assembleias, piquetes, comissões coordenadoras, conselhos). Em segundo lugar, ampliando o alcance de ação dessas novas formas de ação para o terreno da vida cotidiana (lutas de bairro, rejeição do trabalho, da família, da religião e do serviço militar, expropriação de máquinas fotocopiadoras, comida ou livros, contracultura, rock, maconha, subjetividade, aventuras, invasões, comunas). O trabalho teórico da Internacional Situacionista foi a primeira (e única) crítica moderna generalizada da sociedade de classes, e logo foi confirmada por uma série de revoltas, ou seja, os *Provos holandeses*, os *Zengakuren*, a revolta dos negros

americanos, Maio francês, a revolução fracassada dos trabalhadores e soldados em Portugal e o movimento italiano de 1977. Não podemos dizer que foi completa, porque não foi o resultado de todos os esforços teóricos precedentes e, portanto, não continha os princípios de todos eles, uma vez que ignorou alguns temas fundamentais como a crítica da razão instrumental ou a questão ecológica, para não falar de sua crítica superficial ao anarquismo, mas foi a crítica mais desenvolvida e concreta de seu tempo. Em todos os lugares, o mesmo espírito antiautoritário foi expresso, a mesma profunda demanda por liberdade, o mesmo projeto de reconstrução apaixonada da vida cotidiana que o S.I. expressou melhor do que qualquer outra pessoa. E o capitalismo rapidamente começou a se refazer da cabeça aos pés, muitas vezes utilizando os argumentos e armas de seus inimigos.

Nos países onde os remanescentes das tradições anarquistas da classe trabalhadora sobreviveram, o anarquismo irrompeu como uma resposta espontânea e em grande parte emocional às novas servidões impostas pelo capitalismo, e ficou cara a cara com os muros da ideologia e a raiva de seus defensores. Não foi um conflito geracional; foi um reflexo da renovada luta de classes. Sob as condições prevalecentes da modernidade, o gueto ideológico e seus velhos costumes tornaram-se parte do capitalismo e desempenharam o papel de ruínas inofensivas: tiveram que morrer para que as novas gerações revolucionárias pudessem viver. O gueto anarquista tinha mais em comum com os valores prevalecentes do que com os novos rebeldes, razão pela qual era tão indistinguível do meio político e era tão facilmente acomodado lá. O papel desempenhado pelos anarquistas em relação à “defesa da liberdade” ou à consolidação da “democracia” tem sido muitas vezes irreverentemente apontado. A ironia da história nos mostra alguns velhos libertários satisfeitos em fechar fileiras com a burguesia. Na Espanha, onde essa tradição era mais importante do que em qualquer outro lugar e onde a repressão imposta pela ditadura mantinha as contradições da ideologia cristalizadas, a luta entre o velho e o novo – e entre ortodoxos e revisionistas – atingiu o nível de uma batalha campal.

O “relançamento” da CNT ocorreu em 1976 fora dos locais de trabalho, isto é, à margem do movimento operário. Não era, portanto, uma expressão da luta de classes renascente, mas o produto de uma série de encontros entre grupos heterogêneos que não estavam envolvidos com as assembleias dos grevistas, mas que tinham um denominador comum: o desejo de construir uma federação sindical que pudesse lutar com as Comissões de Trabalhadores pela preeminência em representação de classe separada. A presença de organizações como “Solidaridad” e a admissão dos “cincopuntistas”, e outros esquisitos envolvidos com os sindicatos verticais indicaram claramente que o tipo de sindicalismo que a CNT tinha em mente não era muito diferente das outras escolhas oferecidas. Em conformidade com esses planos, aqueles que restabeleceram a CNT não se preocuparam com os dilemas cruciais do movimento de assembleias de trabalhadores; em vez disso, queriam montar sua cabine de recrutamento, isto é, uma estrutura burocrática suficiente (os comitês regionais e nacionais, o secretário permanente, cartões sindicais, sessões plenárias) e eles buscaram uma aliança com a UGT e a USO para obter um pedaço da torta que as Comissões de Trabalhadores tentaram manter para si: o controle do mercado de trabalho. As demandas pela “liberdade sindical” e pelo desmantelamento do CNS, com o debate sobre a legalização, foram os destaques do primeiro período da CNT reconstruída. Este último não só ignorou as possibilidades revolucionárias do momento, possibilidades que se dissipariam devido à falta de progresso no que diz respeito à clarificação e ação, mas também ajudou a entregar o golpe de misericórdia ao movimento da assembleia por meio de sua adesão, de direito ou de fato, ao COS convocar uma greve geral em 12 de novembro, que marcou o ponto culminante das mobilizações autônomas e o início da contra-ofensiva sindical. No entanto, o fracasso dos esforços dos trabalhadores na auto-organização – a transformação fracassada das assembleias em conselhos de trabalhadores – atraiu muitos combatentes para a CNT que não aceitaram o sindicalismo burocrático e pusilânime que estava reservado para eles, na vã esperança de encontrar estruturas horizontais de ajuda mútua e um espírito antiautoritário que lhes permitisse continuar a luta. Eles sobrepuseram a imagem do que a CNT tinha sido ao mesmo tempo em sua realidade empobrecida. A CNT também atraiu muitos jovens que não tinham interesse em conflitos trabalhistas, que não queriam um sindicato, mas uma organização “integral”, isto é, uma organização “geral” dedicada a abordar todas as questões sociais e lutar em todas as frentes possíveis contra o capitalismo. Finalmente, em 1977, toda uma série de grupúsculos operários “pró-autonomia” que emergiram do calor das assembleias ou paralelamente a eles entraram na CNT, todos muito confusos e incapazes de manter sua própria identidade organizacional, e, portanto, inclinados a colocar seus

ovos no ninho de outra pessoa. Eles viram o sindicalismo ainda virgem da CNT como a “semente” da “autonomia dos trabalhadores”, uma ideologia cripto-leninista de origem italiana; tão verdade é que os inimigos da autonomia proletária se disfarçam como seus amigos para combatê-la de forma mais eficaz. Por todas estas razões, o crescimento da CNT depois de janeiro de 1977 foi imparável, grandes multidões compareceram a todas as suas reuniões e comícios, numerosas publicações de caráter libertário apareceram e os burocratas da CNT estavam exultantes. Em menos de dois anos, seus membros haviam aumentado de alguns milhares para 129.000. Ultrapassaria 250.000 em 1978. O partido da ordem (a associação patronal, os outros sindicatos e o Estado) estava seriamente preocupado, uma vez que, na véspera da assinatura dos Acordos de Moncloa, o plenário nacional de setembro da CNT proclamou que a assembleia era o único órgão soberano de tomada de decisão. De acordo com o relatório da CNT sobre a questão, o sindicato deve limitar suas atividades ao apoio e à solidariedade com as greves, em vez de mediá-las. A CNT não deveria se interpor entre o empregador e os trabalhadores, mas dissolver-se nas assembleias. Os líderes da ordem estabelecida, no entanto, logo foram capazes de respirar fácil novamente, pois a vitória do movimento de assembleia foi uma vitória pírrica, uma vez que foi imediatamente seguido pelo contra-ataque das facções sindicais ortodoxas na CNT, que aderiram às formas ideológicas atuais durante a República, desencadeando uma luta pelo poder que, a partir do secretariado, afetou todos os níveis da Organização, dos diferentes comitês aos mais altos órgãos diretivos dos sindicatos.

Os Acordos de Moncloa priorizavam uma espécie de sindicalismo “harmonizador” que excluía toda ação direta e proibia toda generalização de lutas, que estavam entre os poucos pontos em que quase todos os membros da CNT estavam de acordo. Como resultado, a CNT denunciou os Acordos de Moncloa e boicotou as eleições sindicais, embora muitos de seus membros foram eleitos como candidatos “independentes”. De qualquer forma, houve uma taxa considerável de abstenção, mas a UGT e as comissões de trabalhadores precisavam apenas de pouco mais de 10% dos eleitores elegíveis para representar os trabalhadores diante da associação patronal e do governo. A CNT esperava que sua marginalização dos comitês de empresas e as negociações de contratos de trabalho fossem compensadas pela mobilização em massa dos trabalhadores. Mas com essa alta aposta, em janeiro de 1978, o movimento da assembleia de trabalhadores estava na defensiva e as fórmulas mistas de comitês sindicais representativos, ou comitês sindicais sujeitos a referendos de assembleias, substituíram as formas anteriores de democracia direta. A CNT não podia mais contar com a iniciativa dos trabalhadores, que haviam se esgotado; além disso, apesar de sua crescente adesão, ainda não havia liderado uma importante greve, ainda não havia sido testada. Por outro lado, seu poder de atração não era mais tão forte quanto durante a onda libertária; apenas dez mil pessoas participaram da manifestação contra os Acordos de Moncloa em Barcelona, apesar do número de membros da CNT naquela cidade ter quadruplicado. Nesse mesmo dia (15 de janeiro de 1978), ocorreu a provocação policial na boate Scala. Novos confrontos foram somados às disputas atuais sobre assembleias e organização integral, desta vez no que diz respeito às eleições sindicais, às ações violentas das minorias e à presença de grupos armados que comprometeram a Organização. As lutas de poder entre as várias tendências e personalidades tornaram-se tão intensas que o secretariado permanente teve que ser transferido de Madrid para Barcelona (abril de 1978). A partir daí, era uma característica constante da CNT que os secretários utilizassem suas posições para consolidar o poder de suas próprias facções e reduzir o de seus concorrentes. Repetindo uma tendência característica dos períodos contra-revolucionários, as posições mais importantes foram ocupadas pelas piores pessoas. Enquanto isso, as greves baseadas em assembleias chegaram ao fim e a influência dos assembleístas e dos “integralistas” dentro da organização diminuiu, e os defensores do sindicalismo moderado e da participação eleitoral, a maioria dos quais eram antigos “autonomistas” que desde então abraçaram um revisionismo anti-anarquista, tornaram-se mais confiantes. Graças ao sistema Plenário, em que apenas os funcionários da organização participaram sem serem responsáveis pelas assembleias dos militantes ou pelo número de membros representados por cada funcionário, os ortodoxos, batizaram a “FAI no exílio” ou “os fundadores” por seus inimigos, dominaram a Organização. Mesmo assim, 150.000 cópias da revista *Ajoblanco* foram impressas neste momento, uma indicação da existência de simpatias libertárias generalizadas, embora bastante diluídas, mas a adesão estava em declínio precipitado. A greve do petróleo foi a primeira e última greve liderada pela CNT, e cometeu Hara-Kiri durante esta greve. Nem ação direta, nem sindicalismo duro; apenas mediação governamental e vitória dos empregadores. Em 1979, as demissões, expulsões e dissoluções dos sindicatos continuaram sem interrupção; as lutas

fracionais não podiam esconder o fato de que o pêndulo estava oscilando em direção às eleições e à mediação burocrática aberta. Casos como o de FIGA (aventureirismo vanguardista), Askatasuna (nacionalismo populista) e os “Paralelos” (oportunismo sindicalista), destacaram a extensão da decomposição, especialmente entre as últimas tendências. Num clima de derrota, o único tipo de sindicalismo que pode funcionar é o sindicalismo burocrático. Para os “Paralelos” – e para os eleitoralistas em geral – era necessário incorporar a CNT na dinâmica sindical dominante e jogar o jogo da UGT e das comissões de trabalhadores ou então tornar-se marginalizado e afastado não apenas no que diz respeito aos acordos com os empregadores e o governo, mas também no que diz respeito aos subsídios oficiais e à assistência financeira. Este foi o cerne da questão que foi deliberada no autoproclamado Quinto Congresso, realizado em dezembro de 1979 por uma CNT emaciada que representava não mais de trinta mil membros. A ideologia arcaica emergiu vitoriosa e as minorias reformistas foram enviadas, algumas para os sindicatos “majoritários” e outras para a reconstrução de uma segunda CNT operária do mesmo tipo. E ao longo do tempo, com exceção de pequenos círculos que permaneceram fiéis à ideologia clássica, que manteve a propriedade das siglas e realizou uma atividade muito limitada sob seu abrigo, a massa de militantes se retirou para a vida privada, ou voltou para o seio do sindicalismo burocrático, impotente e supino, que supostamente jurou se opor.

Se as aventuras da ideologia foram trágicas no passado, durante o período da “Transição”, elas adquiriram as características da farsa genuína. Nesta ocasião, o anarquismo e o anarcossindicalismo não reapareceram como o pensamento e a prática do movimento revolucionário da classe trabalhadora antes do franquismo, mas como uma mistificação elementar, uma exibição muitas vezes cômica cuja função era, naturalmente, não se envolver em uma reavaliação das lições das lutas passadas, mas colaborar, depois de ter se envolvido no lado selvagem, na modernização capitalista. O contraste entre a prática da classe trabalhadora até 1977 e uma teoria revolucionária quase ausente, ou uma “expressão geral, e nada mais, do movimento histórico real” que mal foi esboçado em seus contornos gerais, favoreceu o desenvolvimento da ideologia e da burocracia. Ambos derivaram seu poder da imagem de um passado revolucionário com suas contradições tão bem ocultas, como as condições alienantes de existência das classes trabalhadoras. Como baluarte da mentira dominante, eles promoveram um sindicalismo tagarela e uma forma ridícula de contestação. Os remanescentes do proletariado radical foram derrotados uma segunda vez, onde eles pensavam que poderiam se reagrupar com segurança. A CNT cumpriu esse segundo papel glorioso que a história lhe concedeu, mas não conseguiu suas trinta peças de prata. O ciclo da burocracia operária terminou com a derrota do proletariado de assembleia e o preenchimento das fileiras de representação espetacular com profissionais sindicalistas amarelos. Os acordos-quadro e o Estatuto dos Trabalhadores proibiram a solidariedade e as assembleias, eliminando até mesmo a possibilidade de uma ação semiautônoma oculta por trás dos comitês empresariais, uma forma incipiente e imperfeita de burocracia sindical. Daquele ponto em diante só havia espaço para o sindicalismo neovertical dos “Cocos” e da UGT. As extremamente raras transgressões das regras que ocorreriam não modificariam o deplorável panorama de resignação e submissão. Como consequência deste tremendo fracasso, a ideologia em todas as suas variantes está mais uma vez aberta ao desafio; A memória foi apagada e tanto a reflexão teórica quanto a práxis devem atravessar um vasto deserto, uma espécie de segundo exílio, para se conectar novamente com a realidade e a história.

Biblioteca Anarquista



Miguel Amorós  
Anarquismo Teórico e Ideologia Anarquista  
25 de outubro de 2008

[www.alasbarricadas.org](http://www.alasbarricadas.org)

Titulo Original: *Anarquismo teórico e ideología anarquista*. Tradução e Revisão por André Tunes @Nucleo de Estudos Autonomo Anarco Comunista. Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

[bibliotecaanarquista.org](http://bibliotecaanarquista.org)